

Marx e a Comuna de Paris: a Propósito do Estado, da Política e da Emancipação Humana¹

Vânia Noeli Ferreira de Assunção²

Resumo: Este texto discute a abordagem marxiana da Comuna de Paris, apontada como a antítese direta do bonapartismo e a respeito da qual faz das mais detalhadas discussões acerca do estado burguês e da necessidade de sua derrocada, da ontonegatividade da política e da auto-emancipação insurrecional da classe operária.

Palavras-chave: História da França; história do socialismo e das lutas sociais; marxismo; teoria política.

Abstract: This text argues the marxian boarding of the Paris Commune, pointed as the direct antithesis of bonapartism and investigating the Paris Commune, he elaborated detailed analysis on the bourgeois state, the nature of politics and the insurrectional self-emancipation from the worker's perspective.

Key words: History of France; history of the socialism and the social fights; marxism; theory politics.

A Comuna de Paris representou um marco para o movimento operário internacional e foi, por isso, objeto de estudo dos mais importantes representantes do marxismo. O acontecimento, embora tivesse sido razoavelmente previsto por Marx (que até advertira contra ele), surpreendeu o pensador em diversos aspectos, possibilitando-lhe um aprofundamento de sua teoria, em especial no que toca ao aspecto político. A análise do “assalto aos céus” de 1871 é o momento em que a politicidade é apreendida por ele na sua forma mais completa; outrossim, bastante coerente com suas avaliações anteriores, diante do contraponto efetivo à usurpação das forças sociais que o estado representa.

Este artigo objetiva reconstituir analiticamente a avaliação que Marx fez da Comuna e as principais conclusões a que chegou. Buscamos fazê-lo tendo por parâmetro o próprio texto de Marx (livros, artigos, correspondência), pois não se pode confundir o que ele disse por sua

¹ Excertos de um capítulo do texto *Pandemônio de Infâmias: Classes Sociais, Estado e Política nos Estudos de Marx sobre o Bonapartismo*. 2005. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

² Professora do Centro Universitário da Fundação Santo André e da Cogear/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Endereço eletrônico: vanianoeli@uol.com.br

própria pena com o que os intérpretes entenderam ouvir. Nesse sentido, as citações serão muitas, o que não pode ser dispensado quando se fala em análise imanente.

Crise do Segundo Império e o Bonapartismo Alemão

É preciso começar falando diretamente da história. Nos anos 1860, o segundo império bonapartista francês, instaurado no início da década anterior, começou a enfrentar uma série de problemas de ordem econômica, o crescimento da oposição em várias frentes e uma onda de greves nas regiões industriais. Em 1864, na tentativa de fazer frente aos problemas surgidos, Napoleão III viu-se constrangido a tomar medidas liberalizantes, como o fim das restrições às organizações sindicais e à greve. Ainda assim, três anos depois o império entrava em seu período de crise definitiva e, diante disto, a guerra mostrava-se como uma forma de unificar a nação no combate ao inimigo externo, minimizando a oposição que se radicalizava.

Percebendo o ardil, já em 1864 Marx e a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) se opuseram abertamente ao imperialismo bonapartista, à sua “política exterior orientada para objetivos criminosos”, baseada em “preconceitos nacionais” e que “dilapida em guerras de rapina o sangue e as riquezas do povo” – fins totalmente opostos à “emancipação da classe operária”, que “exige a sua fraternal união e colaboração”³. Ademais, Bonaparte estava naquele momento em difícil posição, e uma “guerra daria a ele um novo prazo de vida”⁴.

A oposição avançou nas eleições realizadas em 1869, conquistando mais de 40% dos votos. Em 21 de março de 1870, vendo-se confrontado em inúmeras frentes, Napoleão III apresentou uma reforma constitucional e submeteu seus direitos a discussões que redundaram num senátus-consulto (5 de abril). O imperador também convocou para 8 de maio um plebiscito visando a instilar novo fôlego a seu governo. A votação, que punha numa mesma questão as reformas liberais e toda a política restante, foi vencida por Bonaparte com cerca de sete milhões de votos, graças à “profunda ignorância nas regiões rurais”, dando “o sinal para o assassinato já não de um indivíduo, mas de nações inteiras”⁵.

No plano externo, o imperador não via com bons olhos o aumento do poder da Prússia. Também já havia reclamado compensações territoriais por sua não intervenção na guerra com

³ MARX, K. A guerra civil na França. *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas v. 2*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, p. 52.

⁴ MARX, K. Carta a Kugelmann (6 abr. 1866). In: *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 177.

⁵ MARX, K. *A guerra civil na França, op. cit.*, p. 53.

a Áustria, estendendo depois seus anseios à Bélgica e ao ducado de Luxemburgo. Diante das pressões internas, as quais acreditava minorar se trouxesse de volta os tempos de glórias e conquistas do exército francês, declarou guerra à Prússia em 19 de julho de 1870, na seqüência de uma série de desentendimentos relativos à sucessão ao trono espanhol. A guerra também era de interesse de Bismarck, chanceler alemão, que acreditava assim poder finalizar a unificação alemã, incorporando-lhe os estados do Sul e pondo a sua frente um único líder.

Marx alertava para a hecatombe que fatalmente adviria caso os trabalhadores teutônicos permitissem que aquele enfrentamento puramente dinástico se transformasse de defesa contra a agressão bonapartista, que ninguém poderia censurar, em guerra contra o povo francês, situação na qual tanto a vitória quanto a derrota seriam trágicas. Dizia que a Rússia apostava nesta guerra, pois poderia se valer da Alemanha como instrumento para sua própria expansão, seu objetivo claro. Referindo-se às chamadas guerras de independência do início daquele século, contra Napoleão, Marx lembrava como a Alemanha havia sido submetida à Rússia por longo período e advertia que, a se repetir aquela aliança, “todas as misérias que se abateram sobre a Alemanha após sua guerra de independência renascerão com redobrada intensidade”⁶.

Ainda naquele momento Marx ressaltava que, independentemente do resultado da Guerra Franco-Prussiana, Paris decretaria o fim do segundo império e que este seria semelhante ao nascimento: “uma paródia”. Entretanto, assinalava a responsabilidade histórica das “classes dominantes da Europa que permitiram a Luís Bonaparte representar durante 18 anos a farsa cruel do *império restaurado*”⁷. E atestava, a Engels: “nós dois somos os únicos a ter adivinhado desde o começo *toda a mediocridade* de Bustrapa⁸ e não ter visto nele senão um charlatão, sem jamais nos deixar induzir a erro pelos seus sucessos momentâneos”⁹.

Marx assegurava que a tomada da Alsácia e da Lorena pela Alemanha não seria o meio de evitar novo confronto com a França, antes ao contrário, faria da guerra uma “*instituição européia*”, preservando o despotismo militar numa Alemanha renovada que, depois, voltar-se-ia contra a Polônia ocidental. “É o meio mais infalível de converter a futura paz num simples armistício até que a França se torne bastante forte para exigir a restituição do território perdido”¹⁰. A história (e, nesta, a derrota de Napoleão) mostrava que estas “garantias

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 55.

⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 54.

⁸ Os golpes de força de Bonaparte levariam a imprensa e os críticos a alcunhá-lo de “Boustrapa”, acrograma de *Boulogne, Strasbourg e Paris*.

⁹ MARX, K. Carta a Engels (17 ago. 1870). In: MARX, K.; ENGELS, F. *Correspondance*. Moscou: Éditions du Progrés, 1976, p. 244.

¹⁰ MARX, K. Carta ao Comité Brunswichois du Parti Ouvrier Social-Démocrate Allemand. In: *ib.*, *ibid.*, p. 244.

de paz eterna” levavam a resultados diametralmente opostos. Chamava a atenção para o fato de que aquela guerra portava outra, entre a Rússia e a Alemanha, possibilidade que dependeria de os alemães, vencedores do conflito, concluírem com a França uma paz honrosa – possibilidade dificilmente efetivada se a classe operária em coro não elevasse sua voz¹¹.

Os exércitos franceses em pugna com a Prússia conheceram uma série de reveses ainda no mês de agosto. Seis semanas após seu início, o conflito terminou com a derrota do exército francês na Batalha de Sedan, a prisão e abdicação de Napoleão III (2 de setembro)¹². Tais eventos foram anunciados oficialmente em Paris no dia seguinte e a imperatriz e os monarquistas entraram em negociação para decidir a sucessão de Napoleão III. Contudo, com o imperador feito prisioneiro, a população parisiense ignorou as confabulações dos republicanos burgueses e impôs a terceira república (4 de setembro de 1870). A oposição burguesa conseguiu, contudo, instituir um Governo Provisório, dito de defesa nacional, e decretou a abolição do senado e do corpo legislativo (dia 5). Este governo era presidido pelo general Trochu; dele faziam parte principalmente deputados eleitos por Paris para o último corpo legislativo. Formado majoritariamente por monarquistas e republicanos burgueses, iniciou negociações com os prussianos para obter condições de rendição que não fossem humilhantes. Entretanto, a Prússia, que inicialmente apresentava a guerra como defensiva, passou a pleitear conquistas territoriais e outras condicionantes para a paz.

Marx escreveria, então, que suas previsões acerca do exício do segundo império foram acertadas. Confirmaram-se também os temores de que a Alemanha transporia os limites meramente defensivos com que inicialmente caracterizara sua entrada no conflito, quando o rei atestara que fazia a guerra contra o imperador nefando, não contra o povo francês, pois a “camarilha militar prussiana” já havia decidido pela *guerra de conquista*. Manipulou a situação, por conseguinte, de forma a dar a entender que o próprio povo alemão instava seu monarca a transgredir a palavra empenhada, agitando até a burguesia liberal alemã.

Para atender aos molestos objetivos do poderoso grupo militar, levantou-se alguma grita pelo retorno das províncias da Alsácia e da Lorena, que pertenceram remotamente ao Sacro Império. Ora, assegurava Marx, para além de que não se tratava, a pretexto da guerra, de “refazer o mapa da Europa com a mentalidade de um antiquário”, a suposta “garantia material” que poderiam assegurar contra as agressões francesas, dado seu caráter estratégico, eram facilmente superadas por fatores como a unificação do país¹³. E, concluía, deveriam ser

¹¹ *Ib., ibid.*, p. 245.

¹² Napoleão III continuaria prisioneiro de Bismarck até 19 de março de 1871, quando se exilou na Inglaterra.

¹³ MARX, K. *A guerra civil na França*, *op. cit.*, p. 59.

rejeitadas, por anacrônicas, injustas e inerentemente imperfeitas, as razões militares como princípio básico para a definição das fronteiras nacionais.

Marx criticava os paladinos burgueses da guerra por prostrarem-se, horrorizados, diante da possibilidade de uma invasão bonapartista, mas ficarem indiferentes ao opróbrio da subserviência à Rússia. No que respeita aos proletários alemães, continuava, não tinham outra opção senão apoiar aquela guerra pela independência de seu país e, concomitantemente, pela libertação da França¹⁴.

Em 19 de setembro os exércitos alemães chegavam às portas de Paris, num cerco que duraria até a capitulação, em fins de janeiro seguinte. Na Cidade-Luz, entre 300 e 350 mil homens se incorporaram à guarda nacional, dando-lhe um caráter mais proletário. O Governo Provisório temia este contingente de operários armados e passou a atuar de forma a conseguir o mais rapidamente possível a rendição às tropas alemãs, com o fito de acalmar os ânimos e retomar o controle da situação. Assim, já eram perceptíveis as manobras do governo de defesa nacional no sentido de levar suas próprias tropas à derrota e, desta forma, facilitar o caminho à rendição. As políticas capitulacionistas do governo levaram alguns grupos de jacobinos e blanquistas a tentar uma insurreição em 31 de outubro, que fracassou.

Passando a analisar mais detalhadamente tais acontecimentos, Marx retornava ao 4 de setembro, proclamação da terceira república, acolhida incontinenti em todo o país. A república, avreditava, foi logo tomada por “uma quadrilha de advogados arrivistas”, entre os quais se destacavam Thiers, Favre e o general Trochu. Foram acontecimentos turbilhonantes aqueles, que surpreenderam os principais líderes dos trabalhadores ainda nas prisões bonapartistas, ao mesmo tempo em que os prussianos invadiam os arredores de Paris. Nestas condições, a Capital permitiu que tais “estadistas” ascendessem ao poder, conferindo-lhes o mandato exclusivo da defesa nacional.

Marx e a Internacional não tinham motivos para se iludir: não consideravam a república francesa uma conquista social. Afirmavam que ela não havia destruído o império, simplesmente tomara seu lugar, desocupado à revelia dos republicanos, porque era imprescindível à defesa nacional. Destacavam a composição do Governo Provisório que a gerenciava – orleanistas e burgueses republicanos, muitos dos quais odiavam a república

¹⁴ No que pertine à França, o clima revolucionário era perceptível pela palavra de ordem “viva a Comuna!”, que já vinha sendo proclamada fazia algum tempo. Marx relatou em correspondência a proclamação da Comuna de Lyon, cinco meses antes de eclodir a Comuna de Paris de 1871 e seus congêneres da Província. Tratava-se de “um governo revolucionário”, composto “em parte por operários pertencentes à Internacional, em parte por republicanos burgueses radicais”, no qual “as concessões foram imediatamente abolidas”. Contudo, o trabalho foi estragado pelos “estúpidos” Bakunin e Cluseret. “A Prefeitura foi tomada – por pouco tempo – e se proclamaram os decretos mais ineptos sobre a *abolição do estado* e outras insanidades.” MARX, K. Carta a Beesly (19 out. 1870). In: *Correspondance, op. cit.*, p. 249.

social, com que se haviam confrontado nas Jornadas de Junho. Em advertência ao proletariado, contudo, Marx prognosticava que “qualquer tentativa de derrubar o novo governo, na crise atual, quando o inimigo bate quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada”¹⁵.

Desta forma, conclamava os trabalhadores a cumprir seus deveres de cidadãos – mas nunca tendo por base as idéias de “pátria em perigo” de 1792, uma vez que

Sua missão não é repetir o passado, mas construir o futuro. Que aproveitem serena e resolutamente as oportunidades que lhes oferece a liberdade republicana para trabalhar na organização de sua própria classe. Isso lhes infundirá novas forças hercúleas para a regeneração da França e para nossa obra comum: a emancipação do trabalho. De sua energia e de sua prudência depende a sorte da república.

Recomendava às seções da AIT que chamassem à responsabilidade e à ação a classe operária, cuja inação faria que aquele conflito terrível apenas pressagiasse outros, ainda mais destrutivos, levando “em cada país a novas derrotas dos operários pelos senhores da espada, da terra e do capital”. Marx também acreditava, por diversos fatores, que “a França, onde a causa está felizmente longe de ser desesperadora, luta hoje não somente pela sua própria independência nacional, mas pela liberdade da Alemanha e da Europa”¹⁶.

Para organizar a defesa do país, fazia-se imprescindível armar, organizar e treinar o proletariado parisiense. “Mas Paris em armas é a revolução em armas. O triunfo de Paris sobre o agressor prussiano teria sido o triunfo do operário francês sobre o capitalista francês e seus parasitas dentro do estado”. Desta forma, postos entre a satisfação do dever nacional e o interesse de classe, aquele governo abandonou sem hesitação o primeiro, traíndo a pátria em vez de defendê-la. De fato, desde o primeiro momento os mandatários planejavam a rendição ao inimigo prussiano. Longe de renunciar aos cargos e denunciar aos parisienses os planos de Trochu, “aqueles infames impostores optaram por curar a loucura heróica de Paris com um tratamento de fome e de cacete e de enganá-la, enquanto isso, com manifestos grandiloqüentes”¹⁷. Nem se preocupavam em esconder: seu grande temor não eram os soldados prussianos, mas os operários de Paris.

Em 18 de janeiro de 1871 ocorria a tão aguardada unificação alemã, com a proclamação do rei da Prússia imperador da Alemanha. A população de Paris enfrentava os bombardeios (5 e 6 de janeiro), o frio, a falta de alimentos; as tentativas de furar o cerco prussiano fracassaram e mais um levantamento de grupos operários radicais foi esmagado (no

¹⁵ MARX, K. *A guerra civil na França*, op. cit., pp. 62-3, nas duas citações seguintes.

¹⁶ *Ib.*, *ibid.*, p. 253.

¹⁷ *Id.*, *idib.*, p. 65.

dia 23). Cinco dias depois, o governo negociou com os prussianos e impôs a rendição. Assim, dizia Marx, em 28 de janeiro o governo da defesa nacional concretizou a capitulação, passando a ser um governo prisioneiro de Bismarck – papel que até Luís Bonaparte enjeitou.

Bismarck quis que as condições do armistício fossem votadas por uma assembléia eleita exclusivamente para este fim. Pelo acordo, a França ficaria obrigada a pagar uma indenização de cinco bilhões de francos, perderia as províncias da Alsácia e da Lorena, desarmaria a população e se submeteria a uma ocupação por soldados alemães. Todavia, os republicanos e os socialistas não aceitavam a rendição e pleiteavam a continuação da guerra.

A rendição incondicional de Paris, com que se entregaria toda a França aos prussianos, foi o capítulo final de torpes negociações com o inimigo e de traições, iniciadas no mesmo dia da proclamação da república. O resultado foi a guerra civil, na qual o governo lutava contra Paris e contra a república, com a ajuda de Bismarck e de seus prisioneiros de Sedan e Metz. O quadro era dramático: um terço do país estava ocupado; a Cidade-Luz, isolada, e as comunicações totalmente desarranjadas. Ora, dizia Marx, nada mais evidente que a dificuldade de realizar eleições e escolher representantes autênticos nesta conjuntura, a não ser se houvesse uma longa preparação. Entretanto, o acordo de rendição impunha a votação para a assembléia nacional em oito dias – notícia que chegou a regiões mais longínquas apenas na véspera do prazo final. Ainda segundo este pacto, tal assembléia teria como único mandato a deliberação acerca da guerra e a possível negociação da paz.

Para cumprir as exigências de Bismarck quanto ao órgão que assinaria a rendição, eleições foram convocadas para 6 de fevereiro e delas saiu, graças ao voto dos grotões, uma esmagadora maioria monarquista. Em 17 de fevereiro, Adolphe Thiers era nomeado chefe do poder executivo; ao fim do mesmo mês apresentava ao parlamento (situado em Bordéus) as condições de paz para serem votadas. A assembléia conservadora eleita ouviu com atenção Thiers argumentar acerca da urgência da aprovação das condições de paz. Não houve nenhum debate parlamentar, como determinado pela Prússia. De fato, a situação não comportava demora, pois as dívidas nacional e municipais (das cidades mais importantes) haviam sido largamente elevadas pelo segundo império, penúria financeira e de recursos agravada pela guerra – sem contar a cobrança prussiana da indenização de cinco bilhões, mais 5% de juros pelos pagamentos a vencer e a manutenção de meio milhão de soldados da ocupação estrangeira. Urgia efetivar a contra-revolução, para abrir caminho à imposição aos produtores do pagamento por uma guerra desencadeada pelos monopolizadores. “E assim a incalculável ruína da França estimulava esses patrióticos representantes da terra e do capital a enxergar na

guerra exterior uma guerra civil, uma rebelião dos escravistas”¹⁸. No entender de Marx, Paris, baluarte da república, dispusera-se a se interpor no caminho dos conspiradores, de forma que desarmá-la era *conditio sine qua non* para se efetivarem os planos conservadores.

Em 24 de fevereiro, a federação dos batalhões da guarda nacional decidiu resistir aos prussianos. Em 1 de março, a assembléia nacional recém-eleita aceitou as condições de rendição e o governo, que se mudou para Versalhes, tentou retomar a artilharia que estava em poder da guarda nacional e suspendeu o soldo de seus membros, além de ter anulado o congelamento e a suspensão provisória do pagamento das dívidas e aluguéis atrasados. Tais medidas, que atingiam duramente a pequena burguesia, foram fundamentais para que esta passasse para o lado do proletariado. Ademais, Paris se indignava com o descarado anti-republicanismo da assembléia “rural” e pela dubiedade do próprio Thiers, pelas ameaças de transferir a Capital, pela ascensão de orleanistas às embaixadas, pelas leis sobre as letras e os aluguéis vencidos, pela cobrança de imposto sobre os mais diversos tipos de publicações, pela condenação de Blanqui e Flourens à morte (em março), pela supressão dos jornais republicanos, pela transferência para Versalhes da assembléia nacional, pela nomeação de bonapartistas e jesuítas notórios para cargos importantes, pela prorrogação do estado de sítio.

O prosseguimento da conspiração contra-revolucionária dependia da quebra da resistência armada da Cidade-Luz, de seu desarmamento, ao qual Thiers deu andamento ao solicitar a devolução da artilharia da guarda nacional de Paris a seu suposto dono, o estado. Na verdade, assegurava Marx, eram canhões e metralhadoras adquiridos com fundos angariados entre os guardas nacionais, que já haviam sido abandonados pelos capituladores à ocupação prussiana. O pacto de rendição de 28 de janeiro os havia reconhecido como propriedade privada da guarda, motivo pelo qual não foram entregues, com as demais armas do governo, aos conquistadores. Mas o confisco destes canhões era o primeiro ato do desarmamento geral de Paris – que, por sua vez, significava o desarmamento da “revolução de 4 de setembro”. Desta, entretanto, derivava a forma legal do estado francês de então, inclusive a assembléia nacional – ou seja, abdicar dela implicaria o retomo legal do corpo legislativo eleito em 1869 pelo sufrágio universal e sem a interferência prussiana.

A “verdadeira encarnação” daquela revolução, contudo, ainda era a mesma Paris em armas que a detonara, que para mantê-la suportara, a despeito dos planos capitulacionistas, o cerco de cinco meses e todas as incontáveis tribulações daí advindas e que dera os fundamentos para uma guerra de defesa nos departamentos.

¹⁸ *Id., ibid.*, pp. 71 e 73 (próxima citação).

E Paris só tinha agora dois caminhos: ou entregar as armas, seguindo as ordens humilhantes dos escravistas amotinados de Bordéus e reconhecendo que sua revolução de 4 de setembro não significa mais que uma transferência de poderes de Luís Bonaparte a seus rivais monárquicos; ou continuar lutando como o campeão abnegado da França, cuja salvação da ruína e cuja regeneração eram impossíveis se não fossem derrubadas revolucionariamente as condições políticas e sociais que haviam engendrado o segundo império e que, sob sua égide protetora, amadureciam até a completa putrefação.

Sabendo de nova tentativa de Thiers de desarmar a guarda nacional, a população parisiense se rebelou. Apoiada pelas tropas que vieram levar os canhões comprados a partir da subscrição popular, em 18 de março, e liderada pelo proletariado e pela guarda nacional, tomou o poder. O presidente e as tropas regulares fugiram e a cidade passou, não sem alguma confusão, a ser gerida por um Comitê Central eleito pelos batalhões da guarda nacional. Este

começa por abolir o estado de sítio na cidade, suprimir os tribunais militares, decretar a anistia geral dos delitos políticos e a imediata libertação dos presos, restabelecer a liberdade de imprensa, nomear responsáveis pelos ministérios e pelos serviços administrativos e militares essenciais¹⁹.

Assim, diante do que deveria ser uma encruzilhada, a Capital exaurida não titubeou; ainda que a ameaça prussiana estivesse à porta, dispôs-se heroicamente a resistir aos seus compatriotas contra-revolucionários. O Comitê Central, contudo, queria a todo custo evitar a inevitável guerra civil – e, não obstante as usurpações do poder executivo, as provocações da assembleia e a concentração de tropas para um ataque, mantinha uma postura apenas defensiva. Daí que a guerra civil tenha de ter sido desencadeada por Thiers – este fez publicar que permitiria à guarda nacional manter a posse de suas próprias armas, tendo também apelado a seus membros para que se somassem ao governo contra os rebeldes. Segundo Marx, de 300 mil guardas nacionais, apenas 300 ouviram este canto de sereia. Seu mais notório resultado foi que “a gloriosa revolução operária de 18 de março apoderou-se indiscutivelmente de Paris. O Comitê Central era o seu Governo Provisório”²⁰. Iniciava-se o clímax de todo o processo desde 1848, no qual os operários insurgidos impressionariam toda a Europa com sua capacidade nos âmbitos político e militar.

A Loucura Heróica do Trabalho

¹⁹ PONGE, Robert. A Comuna de 1871. *Revista Olho da História* n. 4. Salvador, UFBA, 1996, p. 9.

²⁰ MARX, K. *A guerra civil na França*, op. cit., p. 74.

Declarada a Comuna de Paris em 18 de março, toda a história ganhou nova direção e novo impulso. Marx afirmava, sem deixar sombra para dúvidas: “o atual levante de Paris – mesmo se ele for esmagado pelos lobos, porcos e cães sujos da velha sociedade – é o feito mais glorioso de nosso Partido desde a insurreição de junho [de 1848] em Paris”²¹.

Marx salientava que desde a tomada do poder até a tomada de Paris não se registraram atos de violência comuns em tais situações, em especial nas contra-revoluções, de forma que só puderam ser denunciadas, neste sentido, o fuzilamento dos generais Lecomte e Clément Thomas e ocorrências menores. Não obstante, o triunfo dos trabalhadores espavoriu os reacionários de Paris, postos finalmente diante da possibilidade da vingança popular pelos seus atos sanguinolentos desde 1848. “Mas o seu pânico foi o único castigo” e até mesmo os guardas municipais, em vez de ter suas armas confiscadas e ser aprisionados, puderam ir tranquilamente para Versalhes. Esta era uma falha dos parisienses, “mas uma falha devida, em suma, a um excesso de *honestidade*”²².

Cedendo muito a seu “bom caráter”, recusando-se a começar a guerra civil – sem perceber que esta já havia sido iniciada pelo próprio Thiers, na sua tentativa de desarmamento de Paris, completava Marx –, o “Comitê Central e, mais tarde, a Comuna deixaram a este *aborto* perverso, Thiers, o tempo para concentrar as forças inimigas”. Marx destacava que a própria assembleia também já havia declarado guerra à república, com sua postura dúbia em relação ao conflito com a Alemanha, diante do que os comunardos, “para não ser acusados de haver usurpado o poder, perderam um tempo precioso elegendo a Comuna, cuja organização etc. ainda demandou tempo, no lugar de marchar sobre Versalhes logo depois da derrota da reação em Paris”, quando aquela cidade estava indefesa. Mas o

momento preciso foi perdido por causa de escrúpulos de consciência. Em vez disto, foi demasiado generoso, a ponto de permitir que o partido da ordem fosse novamente vencedor das eleições de 26 de março e continuasse urdindo suas tramas contra-revolucionárias²³.

A magnanimidade dos operários e de seu governo se opunha aos atos do partido da ordem, que não as compreendia e, por isso, tomou-as por tibieza. Daí que tenha tentado conseguir por manifestações de rua pretensamente pacíficas o que não lograra alcançar com armas. Desta forma, em 22 de março, ocorreu uma pequena manifestação contra o Comitê Central, apoiada por batalhões da guarda nacional dos bairros ricos; uma multidão de “gente bem”, de que faziam parte eminentes do império, saiu de seus bairros luxuosos com armas às

²¹ MARX, K. Carta a Kugelmann (12 abr. 1871). In: *O 18 Brumário...*, op. cit., p. 291.

²² MARX, K. Carta a Liebknecht (6 abr. 1871). In: *id., ibid.*, p. 259 (também para a próxima citação).

²³ MARX, K. Carta a Kugelmann (12 abr. 1871). In: *O 18 Brumário...*, op. cit., p. 291.

escondidas e marchou à Vendôme, agredindo no caminho patrulhas e postos da guarda nacional. Pretendeu intimidar esta força com tiros de pistola, pelo que foi advertida com os toques regulamentares; como os manifestantes não lhes dessem ouvidos, a guarda abriu fogo, e “foi bastante uma carga para pôr em fuga precipitada aqueles estúpidos mequetrefes”²⁴. O fato, porém, levou o Comitê Central a adotar algumas medidas enérgicas (proibição das reuniões e dos jornais versalheses, registro domiciliar e outras).

Marx qualificava como segundo erro o fato de o Comitê Central ter – novamente, em face de escrúpulos que deveriam ser considerados – cedido espaço muito rapidamente à Comuna²⁵. De fato, o Comitê convocou eleições, realizadas de 22 a 26 de março; no dia 28 foi proclamada a Comuna de Paris. Seus 86 membros inicialmente eleitos (dos quais, 25 operários) formavam um organismo coletivo, não hierárquico e destituível a qualquer momento. Em termos sociais, já diferiam dos de junho de 1848, embora também ainda não correspondessem ao proletariado moderno. Lembre-se de que a França do período tinha uma classe operária agrupada nas grandes fábricas e em algumas regiões, cercadas pela pequena indústria e pelo artesanato. A concentração operária era maior nas grandes empresas metalúrgicas, siderúrgicas, têxteis e químicas. Contava com importante participação da pequena burguesia (artífices, lojistas, professores, publicistas). Também é digna de nota a participação das mulheres, que formaram um contingente grande e determinante para o andamento do processo.

Os comunardos eram ideologicamente heterogêneos, mesclando tradições políticas que remontavam à Revolução Francesa com preocupações democráticas ou, em alguns casos, mais nitidamente socialistas; havia também um grupo ligado à Internacional, minoritário. Blanquistas e proudhonianos se destacavam por sua influência ideológica. A Comuna, surgida de um movimento espontâneo da população, não tinha uma direção homogênea nem um programa claro de ação. As tarefas eram levadas a cabo pelos batalhões da guarda nacional e por uma série de organismos participativos, nascidos na medida das necessidades.

Marx lembrava que, ademais dos insultos e injúrias publicados na imprensa, os primeiros parisienses feitos prisioneiros foram alvo de crueldades chocantes em Versalhes, alguns dos quais assassinados a sangue-frio – houve mesmo rejúbilo pelo assassinio de um grupo de guardas nacionais desarmados e seus oficiais imediatos (capitão e tenente). Em 7 de abril, a Comuna, estabeleceu represálias às “façanhas canibalescas dos bandidos de Versalhes”, mas os prisioneiros continuaram sendo seviciados, embora os fuzilamentos

²⁴ MARX, K. *A guerra civil na França*, op. cit., p. 76.

²⁵ MARX, K. Carta a Kugelmann (12 abr. 1871). In: *O 18 Brumário...*, op. cit., p. 291.

tenham sido temporariamente suspensos. Logo seriam retomados para não mais pararem, pois Thiers *et caterva* estavam persuadidos de que o decreto sobre as retaliações não seria efetivamente posto em prática. Marx concluía, contudo, que aquelas eram “atrocidades puramente preliminares”²⁶, como os fatos evidenciariam. Paris, isolada, via-se acossada pelos versalheses (Bismarck liberara aos poucos os quase cem mil soldados franceses feitos prisioneiros, para que lutassem contra a Capital rebelada) e pelos prussianos que a cercavam.

Em carta a membros da Comuna, já perto dos momentos finais desta, Marx asseverava que a Província começava a movimentar-se, porém, tratava-se de uma ação pacífica e localizada²⁷. Informava-os de que havia escrito centenas de cartas em defesa dos comunardos e de que a classe operária estava ao lado da Comuna desde sua origem e “mesmo os jornais burgueses da Inglaterra tiveram de rever sua primeira ferocidade”, havendo até, aqui e ali, um ou outro elogio²⁸. Segundo ele, era um sério problema o fato de que “a Comuna parece perder muito tempo com bagatelas e querelas pessoais. Vê-se que há outras influências além das operárias. Tudo isso não seria tão importante se vocês tivessem tempo para recobrar o tempo perdido.” Marx recomendava presteza na realização das tarefas a que se propunha a Comuna. Advertia, ainda, acerca da condição prévia do acordo com Bismarck, a conquista de Paris, necessária para que se pagassem as dívidas cobradas pela Prússia.

A Politicidade Emparedada pela Comuna

Discorrendo acerca da constituição do poder estatal centralizado, dizia Marx que dele faziam parte “o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura”, órgãos onipotentes “criados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho”. Este estado advinha do período da monarquia absoluta e dele se utilizou a burguesia nas batalhas travadas com o feudalismo. Assim, afirmava que “A máquina centralizada, com cujos complexos e ubíquos órgãos – militares, burocráticos, clericais e jurídicos, o estado enreda, como uma jibóia, a sociedade civil, se originou no início da monarquia absoluta, como arma da nascente sociedade moderna”²⁹. Ressaltava, entretanto, que não houve linearidade no seu

²⁶ MARX, K. *A guerra civil na França*, *op. cit.*, p. 76.

²⁷ Ao espalhar-se a notícia do levantamento parisiense, explodiram sublevações em alguns centros provinciais (Lyon, Marselha, Saint-Etienne, Creusot, Limoges, Narbonne, Toulouse), mas eram focos isolados, foram rapidamente dominados pelo governo.

²⁸ MARX, K. Carta a Franckel e Varlin (13 maio 1871). *In: Correspondance*, *op. cit.*, p. 263.

²⁹ MARX, K. *apud* CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Ensaio Ad Hominem* n. 1, t. III – Política. São Paulo, Ad Hominem, 2000, p. 158.

desenvolvimento, antes ao contrário, este “foi entravado por todo tipo de rebotinhos medievais: direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e corporativos, códigos provinciais”. Neste sentido, a Revolução Francesa do século XVIII teve o papel de destruir “todas essas relíquias de tempos passados”, preparando o caminho para a consolidação da “superestrutura do edifício do estado moderno”³⁰. Caracteres antes fragmentados foram agrupados e passaram a formar “o poder de estado ordenado e dotado de uma divisão do trabalho sistemática e hierarquizada, expandindo o raio de ação e a independência em relação à sociedade real e o controle sobrenatural sobre ela”³¹. O estado foi construído sob a era Napoleão, cujo poder resultara da defesa da França moderna contra a velha Europa semifeudal, constituindo-se plenamente em “excrecência parasitária” travestida de contrapartida ideal à sociedade civil; as revoluções ocorridas desde então aperfeiçoaram o mecanismo, em vez de destruir este “pesadelo asfíxiante”.

Após Napoleão Bonaparte, o governo esteve sob o controle do parlamento ou, como dizia Marx, “sob o controle direto das classes possuidoras”, caracterizado pelas enormes dívidas nacionais e por impostos esmagadores, mas que, pelas posições oferecidas e pelo favoritismo, exercia atração irresistível para as mais facções rivais e para os aventureiros das classes dominantes. Também sua face política acompanhava as transformações econômicas pelas quais passava a sociedade.

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do estado³².

A mudança de governo operada em 1830 (em vez dos latifundiários, passaram a dominar os capitalistas) colocou o poder nas mãos dos inimigos mais próximos do proletariado. Estes, os burgueses republicanos, puderam utilizar-se do poder adquirido para efetivar o massacre de junho de 1848, “para provar à classe operária que a república ‘social’ é a república que assegura sua submissão social e para convencer a massa monárquica dos burgueses e latifundiários que podia entregar aos ‘republicanos’ burgueses as inquietações e encargos do governo”.

³⁰ MARX, K. *A guerra civil...*, *op. cit.*, p. 79.

³¹ MARX, K. *apud* CHASIN, J., *op. cit.*, pp. 158-9.

³² MARX, K. *A guerra civil...*, *op. cit.*, p. 79 (também para as três próximas citações).

Circunstâncias adversas obrigaram-nos a resguardar-se atrás de outras facções do partido da ordem – agrupamento que reunia “todas as frações e facções rivais da classe apropriadora, em seu antagonismo, agora franco e manifesto, com a classe produtora”. Seguiu-se um “governo por ações” cuja faceta era a *república parlamentar*, que tinha como presidente Luís Bonaparte e que se constituiu num regime de terror de classe. Este regime, ao tempo que cosia o melhor possível as diversas frações da classe dominante, apartava-a abissalmente do conjunto da sociedade.

O mesmo ato que extinguiu as restrições ao poder do estado que as divergências intraclasse dominante impunham aos regimes anteriores, em face da “ameaça de um isolamento do proletariado”, valia-se “do poder estatal, sem piedade e com ostentação, como de uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho”. Nesta peleja sistemática contra as massas produtoras, a burguesia via-se na contingência de conceder ao poder executivo mais e mais propriedades repressivas, o que levou a cabo destituindo sua última base – a assembléia nacional – de todas as suas defesas contra o executivo.

Assim, o bonapartismo era, assegurava Marx, “a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido”³³. Visto em toda parte como “salvador da sociedade”, possibilitou à “sociedade burguesa livre de preocupações políticas” um desenvolvimento inimaginável. Contrastando com a miséria das massas, “sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas”, numa “ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil”.

Por sua vez, a Prússia “ardia em desejos de trasladar esse regime de Paris para Berlim”. A internacionalização do fenômeno era uma prova a mais de que

O imperialismo é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a última forma daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital.

A propósito da Comuna, Marx retomou, desenvolveu, aprofundou e particularizou suas reflexões sobre estado e política. Assim, já dissera n’*O 18 Brumário* e repetia em correspondência destinada a Kugelmann que “a próxima tentativa de revolução francesa não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrática militar de uma mão para outra, e sim de *esmagá-la*, e isto é essencial para qualquer revolução popular no continente”. Exatamente a tal tentativa “nossos heróicos camaradas do partido” se dedicavam em Paris.

³³ *Id., ibid.*, p. 80 (também para as quatro próximas citações).

A Comuna decretou, durante os 72 dias em que esteve de pé, a redução da jornada de trabalho para 10 horas, a proibição da imposição de multas nas fábricas e oficinas, a supressão do trabalho noturno nas padarias, a entrega das fábricas abandonadas por seus donos a conselhos operários, a eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores, a criação de uma bolsa-trabalho, a concessão de pensões às viúvas e aos órfãos dos guardas nacionais mortos na guerra, a moratória para o reembolso de dívidas, a suspensão do pagamento dos aluguéis. Tornou todos os cargos administrativos demissíveis e remunerados no mesmo nível de um operário qualificado, sem possibilidade de acúmulo; os direitos políticos dos estrangeiros foram reconhecidos; o exército permanente foi abolido e substituído por milícias populares; foi decretada a separação entre a igreja e o estado e o ensino gratuito, laico e obrigatório. Extrapolando o papel que até então tinha a prefeitura, nomeou juízes e outros funcionários da justiça. Tendo encontrado no Banco da França três bilhões de francos, deixou-os intocados; também não se confiscaram os bens das companhias ferroviárias e não se anularam os títulos da dívida pública.

Durante a Revolução de Fevereiro de 1848, a palavra de ordem “república social” expressava a convicção de que era necessário um governo que não apenas modificasse as estruturas formais de dominação de classe, mas que eliminasse a própria dominação de classe. “A Comuna era a forma positiva dessa república”. A Comuna superou em muito as tarefas que as prefeituras realizavam normalmente – não se restringiu a administrar a municipalidade, mas efetivamente exerceu todas as atividades que até então eram realizadas apenas por uma complexa estrutura estatal, assegurava Marx. Entretanto, “a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins”³⁴. Desta forma, observava, Paris resistiu porque, diante do cerco, eliminou o exército permanente, pondo em seu lugar uma guarda nacional composta, fundamentalmente, por operários – o primeiro decreto da Comuna tratou de tomar perdurável esta substituição da força material de repressão do estado pelo povo em armas.

Outras instituições também foram destruídas pela prática social da Comuna, como o parlamento e a polícia. No primeiro caso, seus conselheiros municipais representavam os diversos distritos da cidade, eleitos por sufrágio universal e destituíveis a qualquer momento, cumprindo, de uma só vez, as funções executiva e legislativa. No segundo caso, “a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento”³⁵. Igualmente o

³⁴ *Id., ibid.*, p. 78.

³⁵ *Id., ibid.*, p. 81 (também para a próxima citação).

judiciário sofreu as inflexões das decisões da Comuna: os magistrados e juizes também eram eleitos e demissíveis. Em todos os casos, os funcionários daquele “governo dos produtores pelos produtores” recebiam salários de operários. Apenas o espírito destas observações já deixa claro que a Comuna jamais pretendeu substituir o sufrágio universal por uma forma hierárquica de investidura, como seus inimigos propalaram.

Tendo desestruturado os meios de repressão física do antigo regime, o exército permanente e a polícia, a Comuna voltou-se à destruição das forças repressivas espirituais: “todas as instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo e ao mesmo tempo emancipadas de toda intromissão da igreja e do estado”.

Não houve tempo para desenvolver o esboço de organização nacional proposto pela Comuna, mas Marx frisava, diante dos detratores, que de nenhuma maneira pretendia manter-se restrita aos limites de Paris ou acabar com a unidade da nação (que se havia tornado em fator de produção poderoso). Era o caso de conferir-lhe nova estrutura também na Província, dando cabo do antigo sistema centralizado e substituindo-o pelo governo dos trabalhadores, ou seja, “a Comuna devia ser a forma política inclusive das menores aldeias do país”, destruindo o arcaico “poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitária”³⁶.

Era, pois, uma reestruturação nacional e profunda: aqueles órgãos estatais puramente repressivos deveriam ser simplesmente extirpados e as “suas funções legítimas deviam ser arrancadas a uma autoridade que usurpava uma posição preeminente sobre a própria sociedade, para restituí-la aos servidores responsáveis dessa sociedade”.

Para Marx, a única república possível na França e na Europa de então era a “república social”, a qual deveria subtrair aos capitalistas e proprietários rurais a máquina do estado, substituí-la pela Comuna e reconhecer a emancipação social como sua grande meta, atuando de forma a garantir a existência desta transformação social por meio da organização comunal. Qualquer outra república seria tão-somente o terror anônimo da dominação de classe.

O autor destacava que a Comuna era a antítese ao executivo centralizado; não se opusera, por suas medidas práticas, a esta ou aquela forma de estado, mas ao estado *tout court*, “esse aborto prodigioso da sociedade”;

Não foi dessas lutas tacanhas entre a forma executiva e a parlamentar de dominação de classe, mas uma insurreição contra ambas, que se integram uma à outra, e das quais a forma parlamentar é somente a

³⁶ *Id., ibid.*, p. 82 (também para a próxima citação).

suplementação enganadora da ação do executivo. Diante da forma final da usurpação estatal, /.../ o segundo império, a Comuna foi sua negação clara e, por isso, o início da revolução social do século XIX³⁷.

Seu significado universal advém da execução de uma missão histórica radicalmente original. A Comuna significou não a transição de um domínio de classe para outro, mas propriamente uma revolução cuja principal tarefa consistiu na destruição da máquina de dominação. Apenas os trabalhadores tinham condições de cumprir a inovadora tarefa social de derribar toda supremacia de classe, só eles podiam eliminar “o poder governamental centralizado e organizado que, usurpador, se pretende senhor, e não servidor da sociedade”. A Comuna é propriamente “a reabsorção do poder de estado pela sociedade, que constitui suas próprias forças vivas, em lugar de forças que a controlem e subjuguem”. É *a forma política da emancipação social*, o momento propriamente político da revolução social, à qual está destinado o desmonte do aparelho estatal-parlamentar; este, porém, não constitui senão a forma política do antigo estado de coisas, não é a vida real das classes dominantes. Neste sentido, “a Comuna não constitui o movimento social de regeneração universal da humanidade, somente o meio organizado de ação”³⁸. Não tem o pendor de eliminar a luta de classes, abolir a dominação classista, já que esta não representa um interesse particular, mas a emancipação geral do trabalho, base da vida individual e societária. Apresenta, contudo, as formas racionais que permitem à luta de classes atravessar suas diversas fases de modo mais humano e racional.

Ela inicia a *emancipação do trabalho* – sua grande meta – acabando com a obra improdutiva e perniciosa dos parasitas de estado; suprimindo, de um lado, as causas que sacrificam uma porção imensa do produto nacional na alimentação do monstro estatal; e, de outro, fazendo o trabalho real da administração local e nacional³⁹.

A par da transformação política, principia uma portentosa reforma econômica. É evidente, diz Marx, que só depois de um longo processo poderiam ser atingidas as condições para a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho livre e associado, uma vez que tais condições demandam transformações não só distributivas, mas que instituem uma nova organização da produção, na qual estejam libertadas as formas sociais de produção já existentes⁴⁰. É, ainda, imprescindível uma “coordenação nacional e internacional harmoniosa

³⁷ MARX, K. *apud* CHASIN, J., *op. cit.*, p. 159.

³⁸ *Id.*, *ibid.*, pp. 159-60.

³⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 160.

⁴⁰ MARX, K. *A guerra civil na França, op. cit.*, p. 84.

das formas sociais de produção assim libertadas”. Entretanto, sublinhava, “passos muito largos podem ser dados de imediato por meio da forma comunal de organização política”⁴¹.

Em vez de representar o renascimento das comunas medievais (que precederam e prepararam o poder estatal moderno), a Comuna era uma forma social nova, a única capacitada a regenerar a França; e, mais que isto, “teria devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo estado parasitário, que se nutre à custa da sociedade e freia seu livre movimento”. Também faria dos operários da cidade representantes naturais dos interesses dos produtores do campo, que estariam subordinados ideologicamente às capitais de seus distritos⁴². Assim, a autonomia local era uma consequência evidente da própria existência da Comuna, mas agora não mais em contraposição ao – supérfluo – poder estatal. As instituições republicanas passaram a ser efetivamente democráticas sob a égide da Comuna, embora nem um “governo barato” nem uma “verdadeira república” fossem seus objetivos primários.

As inúmeras interpretações e incontáveis interesses que buscam explicá-la em seu benefício atestam que a Comuna “era uma forma política perfeitamente flexível, diferentemente das formas anteriores de governo, todas elas fundamentalmente repressivas”. Sua alma e sua essência estavam em que “a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”. Isto porque a escravidão social dos trabalhadores não se coaduna com sua dominação política, de forma que a Comuna serviria de instrumento para eliminar as bases econômicas que permitem a existência das classes e, assim, a dominação de classe. “Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe”.

Marx respondia “sim” aos brados exasperados dos que acusavam a Comuna de querer abolir a propriedade – que consideravam base de toda civilização: queria realmente abolir a propriedade classista, apropriação por poucos da riqueza gerada pelo trabalho de muitos. O comunismo não era aquele projeto impossível que se alardeava:

A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. /.../; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a

⁴¹ MARX, K. *apud* CHASIN, J., *op. cit.*, p. 160.

⁴² MARX, K. *A guerra civil na França*, *op. cit.*, p. 83 (para as duas próximas citações também).

sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, conseqüências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”?⁴³

Marx afirmava que a tendência do desenvolvimento econômico da sociedade atual a empurrava de modo indômito a uma “forma superior de vida”, com a emancipação do proletariado. Isto, porém, de nenhuma maneira se daria automaticamente, mas seriam necessárias lides doridas, “toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens”.

Observava, também, que os operários romperam, de forma inédita, o dogma segundo o qual não teriam nível suficiente para se autogovernarem, e mostraram que podiam fazê-lo “de modo modesto, consciente e eficaz”, ainda que em face das circunstâncias mais difíceis⁴⁴. Até mesmo a grande massa da classe média parisiense foi levada a constatar que apenas o proletariado podia ter, naquele momento, iniciativa social – mesmo porque muitos de seus membros (que haviam contribuído para a repressão das Jornadas de Junho) receberam em troca o desprezo por seus problemas creditícios. Estes pequeno-burgueses intuíaam que não teriam outra escolha para além da Comuna ou do império – recebesse este o nome que fosse, e

O império arruinara-os economicamente, com sua dilapidação da riqueza pública, com a *escroquerie* financeira que fomentou e com o apoio prestado à centralização artificialmente acelerada do capital, que pressupunha a expropriação de muitos dos seus componentes. Suprimira-os politicamente e os escandalizara moralmente com suas orgias: insultara o seu voltarianismo ao entregar a educação de seus filhos aos *frères ignorantins*, e sublevara seu sentimento nacional de franceses ao lançá-los precipitadamente a uma guerra que só ofereceu uma compensação para os desastres causados: a queda do império.

Não surpreendia, portanto, que o fim da era bonapartista permitisse o aparecimento de um “autêntico partido da ordem da classe média”, uma união pela república que se subordinou à Comuna e tomou sua defesa. “Só o tempo dirá se a gratidão dessa grande massa da classe média resistirá às duras provas atuais”.

No que toca a outro segmento social grandemente majoritário na França de então, os camponeses, Marx ressaltava que o latifúndio, em si, já se lhes aparecia como uma usurpação do que haviam conquistado na Revolução Francesa. A mesma burguesia que era proprietária de terras cobrou-lhes em 1848 o imposto adicional de 45 cêntimos e, agora, instigava à guerra civil contra-revolucionária com o fito último de “lançar sobre os ombros dos camponeses a carga principal dos cinco bilhões de indenização que devia pagar aos prussianos”⁴⁵. Mas havia

⁴³ *Id., ibid.*, p. 84 (também para a próxima citação).

⁴⁴ *Id., ibid.*, p. 85 (também para as próximas duas citações).

⁴⁵ *Id., ibid.*, p. 86.

questões mais essenciais cuja solução dependia da Comuna, também obrigada a resolvê-las: as hipotecas, a proletarização e o processo de expropriação da terra camponesa, acelerado com o desenvolvimento da moderna agricultura e a concorrência da produção agrícola capitalista. A França profunda e rural se consumia com a perspectiva de que o contato da Província com a Paris da Comuna desse margem a uma insurreição camponesa generalizada – daí seu empenho em bloquear a Cidade-Luz e conter a propagação das idéias nocivas.

A Comuna representava, dizia Marx, “todos os elementos são da sociedade francesa e, portanto, o governo nacional autêntico”. Enquanto “governo operário e campeão intrépido da emancipação do trabalho”, era essencialmente internacionalista, opondo à anexação prussiana da Alsácia e da Lorena a incorporação à França de proletários de todo o mundo⁴⁶. Mais uma vez se clarificavam diferenças quanto ao segundo império: este, “jubileu da trapaça cosmopolita”; a Comuna, por sua vez, “concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal”.

Marx sintetizava o próprio fato de ter se constituído e agido como a maior medida social da Comuna. “Suas medidas concretas não podiam senão expressar a linha de conduta de um governo do povo pelo povo.” Lembrava que tais medidas, “notáveis por sua habilidade e moderação, tiveram de limitar-se necessariamente ao que era compatível com a situação de uma cidade sitiada” e que se realizavam enquanto o governo Versalhes espionava e reprimia⁴⁷.

Em contraposição às pessoas de índole diversa da dos revolucionários que também na Comuna tiveram registro (sua presença é inescapável nas revoluções, dependendo de tempo para ser detectada e neutralizada), Marx salientava a marcante atuação das “autênticas mulheres de Paris, heróicas, nobres e abnegadas como as mulheres da Antigüidade”. E de tal maneira “Paris trabalhava e pensava, lutava e dava o seu sangue; radiante no entusiasmo de sua iniciativa histórica, dedicada a forjar uma sociedade nova, [que] quase se esquecia dos canibais que tinha às suas portas”. Em contraposição direta a esta nova sociedade, o puído e ultrapassado mundo de Versalhes, reunião dos “vampiros de todos os regimes mortos”⁴⁸.

Sobre as acusações de queima de edifícios e monumentos históricos, protestava Marx, “a burguesia do mundo inteiro, que assiste com complacência a essa matança em massa depois da luta, treme de horror ante a profanação do ladrilho e do tijolo”⁴⁹. O fogo era uma arma de guerra (neste caso, defensiva) tão legítima e utilizada quanto as demais, e na guerra dos trabalhadores contra os apropriadores “– a única guerra justificada da história –” não seria

⁴⁶ *Id., ibid.*, p. 87 (também para a próxima citação).

⁴⁷ *Id., ibid.*, p. 88.

⁴⁸ *Id., ibid.*, p. 89

⁴⁹ *Id., ibid.*, p. 96.

diferente. Marx também defendeu a Comuna no tocante à execução de 64 reféns, incluindo o arcebispo de Paris, lembrando que a própria burguesia, já em junho de 1848, retomara e difundira o fuzilamento de prisioneiros indefesos e os prussianos restabeleceram na França a prática de fazer reféns. Os comunardos queriam trocá-los por apenas um prisioneiro, Blanqui, o que Thiers recusou renitentemente, pois “sabia que com Blanqui dava à Comuna uma cabeça e que o arcebispo serviria melhor aos seus fins como um cadáver”⁵⁰.

Retomando o fio dos acontecimentos, junto com Marx, lembre-se que, depois de uma primeira tentativa, fracassada, de dobrar a Capital e entregá-la aos prussianos, a segunda, em 18 de março, redundou em derrota e fuga do governo, com a transferência de toda a estrutura estatal para Versalhes. Thiers procurou, negociando, ganhar tempo para atacar. O apelo por ajuda da Província foi malogrado e qualquer exército não teria como enfrentar a Capital sem a incorporação dos prisioneiros de guerra, paulatinamente liberados por Bismarck “em quantidade que bastasse para manter viva a guerra civil e conservar o governo de Versalhes em abjeta dependência com relação à Prússia”⁵¹. A resistência dos rebeldes conquistava o exército versalhês. A Província, em vez de oferecer sua ajuda ao governo, incitava à reconciliação, reconhecia a república, as liberdades das comunas e a expiração do prazo do mandato da assembleia. Depois de perceber o fracasso de tomar por crime qualquer apelo à conciliação, Thiers acabou marcando eleições municipais para 30 de abril, com base em lei municipal que a assembleia nacional decretara por indicação dele próprio. Tinha plena convicção de que a Província o ajudaria a conquistar a assembleia e, daí, a força material necessária para subjugar Paris. Esta artimanha objetivava ludibriar a Província, conquistar a pequena burguesia parisiense e permitir aos membros supostamente republicanos da assembleia fingir acreditar em Thiers e ocultar sua traição à Capital. Mas até mesmo estas concessões estratégicas eram postas em dúvida pelo próprio Thiers, em declarações dúbias.

A Revolução de 1848, no tocante aos crimes políticos, substituíra a pena de morte pela deportação. Ora, Luís Bonaparte, ao menos em aparência, não pôde retroceder e também a assembleia “dos rurais” – que não se atrevera ainda nem a insinuar que os parisienses eram assassinos – foi obrigada a restringir a retaliação a Paris (que preparava) à nova lei Dufaure de deportação. Com tudo isto, quem permitiu a Thiers continuar representando a farsa foram os limitados “rurais”, que não compreendiam (e murmuravam contra) a concessão tática.

⁵⁰ *Id., ibid.*, p. 98.

⁵¹ *Id., ibid.*, p. 91.

Ao contrário, porém, do que esperava Thiers, entre os 700 mil conselheiros municipais eleitos nos 25 mil municípios franceses, legitimistas, orleanistas e bonapartistas conseguiram eleger oito mil e as votações suplementares foram ainda mais resistentes. “Desse modo, em lugar de obter das províncias a força material de que tanto necessitava, a assembléia perdia até o seu último título de força moral: o de ser expressão do sufrágio universal da nação”⁵². A derrota teve como corolário a ameaça de convocação de uma assembléia em Bordéus contra o parlamento usurpador de Versalhes.

Era o momento ansiosamente aguardado por Bismarck para concretizar seus planos. Assim, mandou chamar representantes de Thiers para negociar a paz definitiva. Em Frankfurt, o prussiano não lhes deu outra opção que a restauração do império ou a aceitação incondicional da paz, tal como ele mesmo a propunha: minimização aos prazos para o pagamento da indenização de guerra, prorrogação indefinida da ocupação dos fortes de Paris pelas suas tropas, até que avaliasse como tranqüila a situação da Capital, entre outras. Com isto, a Prússia se tornava *de facto* magistrado nos assuntos internos da república francesa, oferecendo em compensação a libertação do exército bonapartista prisioneiro, além do apoio das tropas prussianas, para que lutasse contra Paris. Aliás, concedia “generosamente” que a primeira parcela da indenização apenas fosse quitada após a “pacificação” da Cidade-Luz. Sem hesitar, Thiers e seus plenipotenciários assinaram o tratado de paz em 10 de maio, e a assembléia de Versalhes confirmou a aceitação no dia 18.

Enquanto não chegavam as tropas bonapartistas, Thiers novamente fingiu querer a reconciliação, mesmo porque precisava acalmar os pretensos republicanos para que o deixassem em paz para preparar o massacre. Esta também não era uma característica única da França daquele momento, senão que

A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu sinistro esplendor onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Em tais momentos, essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores fez ressaltar esse fato com maior clareza⁵³.

Os primeiros confrontos com as tropas oficiais ocorreram em 2 de abril. Em 10 de maio, Thiers assinava o acordo de paz em Frankfurt. No dia 20, 130 mil homens começaram a invasão da cidade. Até mesmo a carnificina efetuada em junho de 1848 seria ultrapassada pela “infâmia indescritível de 1871”. Durante uma semana os comunardos resistiram à progressão

⁵² *Id., ibid.*, p. 93.

⁵³ *Id., ibid.*, p. 96.

dos versalheses, conduzidos pelo general Mac-Mahon. Após esta “Semana Sangrenta”, no dia 28 Paris caía, exangue. Um total de 877 homens do governo e cerca de quatro mil dos combatentes federados morreram durante os enfrentamentos. A repressão aos comunardos não se fez esperar: cerca de 25.000 pessoas foram fuziladas (o condutor da repressão admitiu oficialmente 17.000 mortes), 13.700 foram condenadas e deportadas, 43.500 foram presas e processadas, 91 foram condenadas à morte; umas dez mil fugiram para o exílio. De sorte que, por um ou outro meio, a repressão decapitou por longo tempo o movimento operário francês.

Neste quadro dramático, Marx expressava a mais viva admiração pela “elasticidade”, “iniciativa histórica” e “capacidade de sacrifício” dos heróis parisienses. Tendo sido já submetidos (pelos traidores mais que pelo inimigo externo) à fome e à ruína durante seis meses, “levantam-se, por sobre as baionetas prussianas, como se nunca houvera uma guerra entre a França e a Alemanha e o inimigo não estivesse às portas de Paris. A história não tem exemplo semelhante de tamanha grandeza”⁵⁴. A magnanimidade dos objetivos da Comuna evidenciou-se no “heroísmo abnegado” com que todo o povo lutou, por oito dias, contra os versalheses e comparsas e pelo fato de que se dispôs a morrer em quantidade inaudita – independentemente da idade e do sexo. “A moderação da Comuna durante os dois meses de seu domínio indisputado só se iguala ao heroísmo da sua defesa”⁵⁵. Já “as façanhas infernais” dos contra-revolucionários mostram exatamente o âmago da civilização que representam e cuja maior preocupação era livrar-se dos inúmeros mortos. “Em cada um de seus triunfos sangrentos sobre os abnegados paladinos de uma sociedade nova e melhor, essa infame civilização, baseada na escravização do trabalho, afoga os gemidos de suas vítimas num clamor selvagem de calúnias, que encontram eco em todo o mundo.”

Em junho, Marx escrevia a Beesly acerca da ajuda aos *communards* que, escondidos em Paris, precisassem de passaportes para evadir-se. Também dizia que as insanidades saídas na imprensa sobre seus textos que discutiam a Comuna mostravam que a polícia versalhesa não tinha tido acesso a documentos autênticos. Dizia a seu interlocutor que havia informado aos comunardos detalhes da *entente* entre Favre e Bismarck, informação que havia recebido do principal assessor de Bismarck, lamentava que suas advertências (fortificar certas vertentes, levar os papéis comprometedores para Londres) não tivessem sido escutadas⁵⁶.

De acordo com Marx, Bismarck (cuja visão deste “formidável acontecimento histórico” era absolutamente superficial, como é comum aos estadistas) se regozijava diante

⁵⁴ MARX, K. Carta a Kugelmann (12 abr. 1871). In: *O 18 Brumário...*, op. cit., p. 291.

⁵⁵ MARX, K. *A guerra civil na França*, op. cit., p. 96 (para a próxima citação também).

⁵⁶ MARX, K. Carta a Beesly (12 jun. 1871). In: *Correspondance*, op. cit., p. 264.

das ruínas de Paris e dos cadáveres do proletariado, pois significavam não apenas o esmagamento de uma revolução, mas o aniquilamento da França – obra-prima do próprio governo francês, em que não precisara sujar as mãos.

Em termos estritos, avaliava Marx, não havia guerra entre a Prússia e a Comuna, já que esta concordara com as condições de paz, e a província alemã se declarara neutra. De forma nunca vista, porém, os exércitos que se enfrentavam até pouco antes se coligaram, “na mais tremenda guerra dos tempos modernos”, para a imolação do proletariado. Bem ao contrário do que imaginava Bismarck, isto não era

o esmagamento definitivo da nova sociedade que avança, mas o desmoronamento completo da sociedade burguesa. A empresa mais heróica de que é ainda capaz a velha sociedade é a guerra nacional. E fica provado agora que é ela uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são *um só* contra o proletariado!⁵⁷

Era, pois, incontestável a guerra aberta entre os operários da França e aqueles que se apoderaram das riquezas por estes produzidas. A “soldadesca mercenária” poderá conter temporariamente a luta, mas esta ressurgiria sempre e ainda com mais força. O vencedor seria, indubitavelmente, a grande maioria de trabalhadores e, ajuntava, “a classe operária francesa não é senão a vanguarda do proletariado moderno”.

Uma das últimas manifestações marxianas a respeito da Comuna aparecem em sua correspondência de 1881. Marx dizia que um governo socialista não se estabeleceria num país onde as condições não estivessem maduras “para, através de medidas apropriadas, dar um xeque-mate na burguesia e realizar assim o primeiro dos *désiderata*; ganhar tempo para a ação futura”. Reportava-se, então, à experiência da Comuna, antecipando-se à possível objeção de seu interlocutor:

sem contar que foi uma insurreição de uma única cidade em condições excepcionais, a maioria dos membros da Comuna não era de forma alguma socialista e não poderia sê-lo. Com um mínimo de bom senso, ela teria podido obter um compromisso com Versalhes que seria proveitoso a toda a massa do povo: a única coisa a fazer então. A apropriação do Banco da França seria suficiente para intimidar os fanfarrões de Versalhes etc. etc.⁵⁸

Da análise marxiana da Comuna, vê-se, pois, que se tratava de uma postura amadurecida e lúcida, que percebia os limites e, também, as criações absolutamente inovadoras que portava.

⁵⁷ MARX, K. *A guerra civil...*, *op. cit.*, p. 99 (também para a próxima citação).

⁵⁸ MARX, K. Carta a Domela-Nieuwenhuis (22 fev. 1881). *In: Correspondance, op. cit.*, p. 339.

3 EPÍTOME

Como citamos, até 1871 Marx avaliava as revoluções em geral (como as de 1848) comparando-as às revoluções burguesas (em relação às quais estas últimas demonstravam um caráter descendente). De fato, por muito tempo o pensador alemão teve as revoluções efetivadas pela burguesia como parâmetro analítico para estudar outros processos revolucionários. A partir da Comuna de Paris, entretanto, a classe operária e seu pensamento científico se desvincilharam totalmente da necessidade de uma referência às antigas revoluções. Havia conquistado um novo patamar, desenvolvendo uma nova forma de organização que exprime justamente sua exclusiva capacidade de iniciativa histórica.

O estado que era preciso destruir advinha da monarquia absoluta, tendo sido aprimorado com a Revolução Francesa e consolidado sob Napoleão Bonaparte, passando em 1830 ao controle da burguesia, inimiga mais próxima do proletariado, de forma que todas as revoluções até então aprimoraram a estrutura. Sempre que possível, Marx sublinhava o caráter da república burguesa, sua oposição à república social, sua selvageria na repressão a quem quer que ouse se rebelar contra o domínio burguês assim instituído. Sem que tenha havido nenhuma transgressão da natureza do estado, o perigo social levou a burguesia a despojar seu governo direto dos instrumentos de que necessitava para manter-se de pé, cedendo passo ao bonapartismo. Esta era, dizia ele, o único governo possível numa situação em que a burguesia decaía, mas o proletariado ainda não chegara à potência necessária para assumir as rédeas do poder. Minimizando as lutas de classes, libertou a burguesia de suas preocupações políticas e encheu-lhe os bolsos, aprimorando seu mecanismo de guerra contra o trabalho.

Ao contrário das revoluções precedentes, que aprimoraram a máquina do estado, a nova revolução francesa, como Marx já previa em 1852, não seria mais uma tentativa de transferir o controle do poder estatal e aperfeiçoá-lo, mas de esmagá-lo e destruí-lo. A Comuna era o eco do clamor pela república social que se ouvira em fevereiro de 1848. Mesmo seu aniquilamento trazia uma novidade histórica: sua derrota era, ao mesmo tempo, uma advertência aos povos do mundo. Evidenciava-se que as guerras levadas a cabo pelos governos nacionais (estes, tão em voga por aquelas eras e ainda hoje alardeados até por auto-intitulados marxistas) eram uma mistificação. Seu maior objetivo era retardar as lutas de classes – mas, quando esta aparece como guerra civil, os antigos opositores nacionais

confraternizam. O rei nacional estava nu: todos os governos, mesmo os inimigos de ontem, são um só contra o proletariado revolucionário.

Vimos que Marx alertava já nos anos 70 sobre a “loucura” que seria uma revolta operária em Paris; donde sua recomendação de que a classe trabalhadora aproveitasse a libertação republicana para desenvolver de forma sistemática sua própria organização de classe, com o que estaria se preparando para batalhas futuras. Não obstante, assim que a insurreição veio à luz, Marx não hesitou em declarar seu apoio e não poupou esforços neste sentido: na propaganda, na apreciação e propositura de soluções para os problemas, na mobilização em prol dos federados que haviam conseguido escapar do morticínio imposto pela burguesia em furiosa revindita.

A apaixonada análise marxiana não poderia ser reportada a um desconhecimento ou supervalorização da Comuna – que, de resto, já havia designado como uma tentativa de “assalto aos céus” e cujos erros apontava. De fato, não foi uma experiência plena e completa, porque não poderia sê-lo (Marx arrolava entre os erros do Comitê Central não ter marchado logo sobre Versalhes, a pressa em passar o poder à Comuna e a perda de um tempo escasso e precioso com a eleição desta). O apoio de Marx não se resumiu, por outro lado, como alguns teóricos acreditam, à mera solidariedade de classe ou, pior ainda, a uma sorte de cálculo político. Ele não teria apoiado com tanta ênfase e paixão a Comuna, mesmo enxergando seus erros e limitações, se não tivesse visto ali algo mais profundo, *novo*⁵⁹.

A abolição do estado não poderia ser anunciada por decreto, como queriam o socialismo utópico e o anarquismo, atrapalhando os caminhos muito mais sólidos que a classe operária trilhava na atuação prática. Por outro lado, em vez de impor ao movimento operário fórmulas criadas por algum pedantismo de gabinete, Marx perscrutava as possibilidades reais, uma vez que a emancipação do trabalho não é um ideal a realizar, mas a libertação dos elementos da nova sociedade presentes no seio da antiga, o aproveitamento de tendências postas no real e a ação no sentido de fazer a história andar em determinada direção.

Para Marx, a politicidade não é propriedade intrínseca ao ser social, menos ainda sua propriedade por excelência, mas deriva das contradições sociais que obrigam o homem a se valer de um corpo regulador externo e que se opõe como “excrecência parasitária sobre a

⁵⁹ Lembre-se sua manifestação numa reunião do Comitê de Correspondência em 1846. Contra Weitling, que acreditava que teorias ligadas ao povo, mesmo se equivocadas, valem mais que as “análises de gabinete de doutrinas muito distanciadas do mundo sofredor e das misérias do povo”, Marx reagiu violentamente, dando um murro na mesa e proferindo: “A ignorância nunca serviu para nada!”. MARX *apud* CLAUDÍN, Fernando. *Marx, Engels y la revolución de 1848*. 3 ed. Madri: Siglo XXI, 1985, p. 54.

sociedade civil, fingindo ser sua contrapartida ideal”⁶⁰. Pode-se afirmar, com efeito, que a apreensão marxiana do *estatuto negativo* da política encontrou seu momento de auge na sua análise da Comuna de Paris, que pôs os pilares de uma ação *metapolítica*, ou seja, uma *prática política* que visa à *destruição da política* pela abolição das condições sociais que a engendraram. Marx já havia chegado a tais delineamentos desde 1843 e aqui empregou inclusive termos muito próximos. Em 1852, em face do golpe bonapartista, insistira: o proletariado não pode simplesmente tomar a máquina estatal de guerra do capital contra o trabalho e usá-la em seu favor – tinha de destruí-la. Com a Comuna, finalmente havia ficado claro como fazê-lo, as ações e providências que tornam desnecessária a mediação política.

A Comuna veio realizar uma inédita missão histórica, a destruição da máquina de dominação de classe. A primeira forma de governo da classe operária preocupou-se desde logo com o desmantelamento da máquina estatal, pela eliminação do exército permanente e sua substituição pelo *povo em armas*; pela extinção da burocracia; pela supressão da dicotomia entre órgãos legislativo e executivo; pela restrição do poder ideológico do clero; pela elevação do nível educacional das massas; pela intervenção na caixa preta da magistratura burguesa. As instituições antes onipotentes foram inflectidas, subvertidas, perderam sua função original, mudaram de natureza.

Forma de organização que se pretendia elevar ao nível nacional, eliminaria a oposição campo/cidade e concederia a verdadeira autonomia local. Suas providências lhe facultariam agregar a si a classe mais numerosa na França, o campesinato, e consolidar uma aliança com a pequena burguesia, de que o proletariado era representante natural – isto para além de seu caráter internacionalista. Assim, por meio de medidas sensatas, com moderação e habilidade em face da situação de sítio que a cidade enfrentava, a Comuna mostrou sua verdadeira natureza de governo *do povo para o povo*.

Enquanto Versalhes era a súpula de todos os *regimes mortos*, em Paris procedia-se a uma profunda e ampla reestruturação, no bojo da qual os órgãos estatais puramente repressivos eram cortados pela raiz. As funções sociais legítimas que exerciam, por sua vez, seriam subtraídas a uma autoridade que as usurpava e restituída aos servidores da sociedade. Tais procedimentos devolveriam ao organismo social suas potências até então sugadas pela “jibóia” estatal, que vive às expensas da sociedade e tolhe seu livre desenvolvimento – o que é propriamente o momento político da revolução social, a primeira etapa da emancipação do trabalho, na qual se conjugam transformação política e reforma econômica, tarefas políticas

⁶⁰ MARX *apud* CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995, p. 368.

que visavam a destruir a própria política e, pois, condições para a substituição do trabalho escravizado pelo capital pelo trabalho livre e associado.

Para Marx, a Comuna era a forma política, *finalmente descoberta*, que possibilitava efetivar a emancipação econômica do trabalho – já que atuando (nos limites de uma cidade sob sítio) pela eliminação das bases econômicas que permitem e suscitam a existência das classes. Não se tratava de simplesmente acabar com a separação do estado em relação à sociedade nem do aperfeiçoamento da política. Aquela era uma forma política nova, *inovadora*, produto da única classe com “iniciativa histórica”, flexível, expansiva, despojada de caráter repressivo. A partir de então, estava encontrado o caminho para a “forma superior de vida”, a emancipação do proletariado – o que, entretanto, não se daria sem esforços, percalços e reveses.

Inversamente a autores como Jacques Rougerie, para quem “*A Comuna é apenas a última revolução do século XIX*”⁶¹, Marx compreendeu a absoluta novidade daquela organização. Se para Marx já estava claro 20 anos antes que o proletariado não pode tirar sua poesia do passado, mas tem de construir sua epopéia pensando no futuro, a Comuna apontou na prática o caminho a seguir. Estava a serviço da missão do proletariado, que não é repetir o já feito, e sim construir o que fazer. De fato, enquanto “o passado é a dimensão temporal de uma subjetividade ociosa entregue a si mesma, afastada do mundo do trabalho” e suscitada para obliterar as potencialidades revolucionárias do proletariado e a mesquinhez e sordidez do mundo burguês, “o futuro é a dimensão temporal da práxis orientada para a transformação de sua própria condição pela do mundo e das ‘circunstâncias’”⁶².

Podemos agora afirmar, com base nos estudos de J. Chasin, que a investigação marxiana buscou identificar o caráter específico da política em relação aos outros atributos de *ser social*, além de desvendar sua gênese. Compreendeu a *determinação ontonegativa da politicidade*, predicado não pertencente à *essência* do ser social, produto histórico advindo de circunstâncias específicas – as contradições sociais – e, portanto, incidental e extrínseco ao ser social. Desta forma, não se percebe possibilidade de perfectibilização do estado e da política quando apreendidos como *força social pervertida e usurpada*; pelo contrário, já que sua natureza mais íntima é a contradição com relação à sociedade civil e ao desenvolvimento das individualidades desta, a emancipação constitui “a recuperação humano-societária dessas

⁶¹ Ver: TARTAKOWSKI, Danielle. As análises tradicionais e a bibliografia recente sobre a Comuna. In: BOITO JR., Armando (Org.). *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Cemarx/Xamã, pp. 29-46, 2001.

⁶² ASSOUN, Paul-Laurent. *Marx e a repetição histórica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 155-6.

forças sociais alienadas à política”⁶³. Trata-se de buscar a eliminação das suas causas e a *supressão da própria política*, pois seu aprimoramento seria a exacerbação de seus defeitos congênitos

Não se trata de uma desmobilização, recusa à participação política ou indiferença, mas da denúncia da corrupção íntima da política – atributo contingente do ser humano, nascido dos dramas sociais que levam à apropriação das forças sociais pelo estado e que tem de ser superado. Por conseguinte, uma revolução radical desvenda “a estreiteza e insuficiência da *prática política* enquanto atividade humana racional e universal”, não concebe a mera prática política como decisiva⁶⁴. Donde sua inflexão em relação ao *social*, este sim determinante, propriedade humana por excelência e, por conseguinte, essência do homem e de sua práxis. A *metapolítica* é a prática política radical – a que busca agir *ad hominem* –, que alcança a raiz da política e da individualidade humanas.

Neste sentido, a Comuna de Paris foi uma experiência inédita até aquele momento e se contrapôs diretamente ao bonapartismo: de um lado, o exemplo máximo da decadência do poder criador burguês, as tendências estranhadas do estado capitalista levadas ao paroxismo, a celebração da velhacaria e a velharia; de outro, uma forma de organização nova, elástica, propositiva e prospectiva, inflada pelo vigor da juventude e pela reincorporação das forças sociais outrora extorquidas pelo estado.

Por qual delas optaria a humanidade e a qual delas tende a sociedade humana? Lamentavelmente, a pergunta não pode ser respondida tão rapidamente quanto suporia a lógica. O século XX foi pródigo em bonapartismos e exíguo em alternativas sociais de organização da perspectiva do trabalho – com destaque para o lamentável desfecho soviético. Mas elas continuam na pauta de possibilidades humanas – senão aonde a vista alcança, mais adiante, que a história do homem, sua autoconstrução e sua luta pela emancipação é infinita. Cabe-nos perscrutar cautelosamente o horizonte e estarmos prontos para ela, procurando manter a lucidez diante da atual produção maciça de falsidades. Karl Marx é, neste mister, fundamental, dada a profundidade, amplitude e acerto histórico de suas mais importantes teorias. Fica, pois, plenamente justificada nossa ânsia por contribuir minimamente para a retomada de seu pensamento.

Notas

⁶³ CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica, *op. cit.*, p. 368.

⁶⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 369.